



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Procuradoria da República no Polo Petrolina/Juazeiro

Ref.: Inquérito Civil n. 1.26.001.000099/2014-81

MINUTA DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

O **Ministério Público Federal**, por meio do Procurador da República Leonardo Cervino Martinelli; o Conselho Regional de Farmácia do Estado de Pernambuco, representado por seu Presidente; o Sindicato dos Farmacêuticos do Estado de Pernambuco – SINFARPE; o Sindicato do Comércio Varejista de Produtos Farmacêuticos do Estado de Pernambuco – SINCOFARMA-PE; a Agência Pernambucana de Vigilância Sanitária e os Municípios de Petrolina, Dormentes, Afrânio, Lagoa Grade e Santa Maria da Boa Vista firmam o presente **TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA**:

Considerando que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantida mediante políticas sociais e econômicas, sendo de relevância pública as ações e serviços de saúde (art. 196 e 137 da CF/1988);

Considerando que é função do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito aos serviços de relevância pública, aos direitos assegurados na Constituição Federal, em especial os serviços de saúde, promovendo as medidas necessárias a sua garantia (arts.129, II, da CF/1988);

Considerando que cabe ao Conselho Regional de Farmácia expedir o documento que comprove a habilitação do responsável técnico, requisito indispensável à consecução da licença para funcionamento de que trata a Lei n.º 5.991/1973, bem como fiscalizar o exercício da profissão de farmacêutico (art. 10 da Lei n.º 3.820/1960 e arts. 22 e 23 da Lei n.º 5.991/1973);

Considerando que a Lei n.º 5.991/73 estabelece que as farmácias e as drogarias terão, obrigatoriamente, a assistência de técnico responsável, inscrito no Conselho Regional de Farmácia (art. 15, "caput");

Considerando que a Lei n.º 13.021/14 estabelece, para funcionamento das

Quimarcis



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Procuradoria da República no Polo Petrolina/Juazeiro

farmácias de qualquer natureza, além de outras condições, a presença de farmacêutico durante todo o horário de funcionamento;

Considerando o art. 24 da Lei n.º 3820/60, que determina que as empresas e estabelecimentos que exploram serviços para os quais são necessárias atividades de profissional farmacêutico, deverão provar, perante os Conselhos Federal e Regionais que essas atividades são exercidas por profissionais habilitados e registrados;

Considerando os termos da Portaria Federal n.º 344, de 12/05/1988 do Ministério da Saúde, que versa sobre a comercialização de psicotrópicos e entorpecentes, bem como outros medicamentos de controle especial;

Considerando que a assistência farmacêutica é instrumento legal e fundamental para garantir à população uma verdadeira orientação farmacêutica, conforme estabelecido na lei e evidenciada pelos órgãos de fiscalização;

Considerando que o número de farmacêuticos no Estado de Pernambuco ainda é reduzido, comparativamente ao número de estabelecimentos comerciais e a consequente dificuldade no cumprimento dos dispositivos da Lei Federal n.º 5.991/1973, no Estado de Pernambuco notadamente os seus artigos 15 (caput e § 1º) e 20.

RESOLVEM:

CLÁUSULA PRIMEIRA: As drogarias do Estado de Pernambuco situadas no Município de Petrolina, Afrânio, Dormentes, Lagoa Grande e Santa Maria da Boa Vista se adequarão ao conteúdo das Leis n.º 5.991/73 e 13.021/14, a partir da assinatura deste TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA, da seguinte forma:

1. As drogarias sediadas nos Municípios de Petrolina, Afrânio, Dormentes, Lagoa Grande e Santa Maria da Boa Vista, enquadradas como Micro e Pequenas Empresas, nos termos da Lei Complementar 123/2006, funcionarão com a assistência de um responsável farmacêutico inscrito no Conselho Regional de Farmácia, durante 5 (cinco) horas diárias, carga horária equivalente a 30 (trinta) horas semanais, de segunda a sábado, declarada no Certificado de Regularidade Técnica emitido pelo Conselho de

Quimica



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Procuradoria da República no Polo Petrolina/Juazeiro

Farmácia.

2. As drogarias sediadas nos Municípios de Petrolina, Afrânio, Dormentes, Lagoa Grande e Santa Maria da Boa Vista, que não se enquadrem como Micro e Pequenas Empresas nos termos da Lei Complementar 123/2006, funcionarão com a assistência de responsável técnico farmacêutico, inscrito no Conselho Regional de Farmácia, durante todo o horário de funcionamento.

CLÁUSULA SEGUNDA: Comprometem-se o Conselho Regional de Farmácia e as Vigilâncias Sanitárias dos Municípios envolvidos, ou na ausência destas, a Agência Pernambucana de Vigilância Sanitária (APEVISA), ora signatários, dentro do âmbito de suas competências, a promoverem a completa fiscalização nos estabelecimentos que pratiquem o comércio, venda, dispensação, fornecimento, armazenamento e distribuição de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlates, independentemente de pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, zelando pelo cumprimento específico das normas sanitárias, notadamente no que é pertinente ao disposto no artigo 15 e parágrafos nas Leis Federais nº 5.991/73 e nº 13.021/2014, devendo exigir a presença, nos estabelecimentos preditos, de Profissional Farmacêutico devidamente inscrito no Conselho Regional de Farmácia, prestando assistência farmacêutica, obrigatoriamente no horário de atendimento ao público, conforme assistência farmacêutica determinada por este TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA.

CLÁUSULA TERCEIRA: A Vigilância Sanitária dos Municípios envolvidos, ou na ausência destas, a APEVISA, dentro do âmbito de suas competências, a partir da chancela do presente Ajuste, somente poderá licenciar os estabelecimentos referidos na cláusula anterior mediante a comprovação, pelo estabelecimento, da assistência do farmacêutico responsável, inscrito no Conselho Regional de Farmácia, de acordo com o que determina a assistência farmacêutica contida neste TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA, devendo ser atestada a regularidade do estabelecimento pelo certificado emitido pelo CRF-PE.

CLÁUSULA QUARTA: O Conselho Regional de Farmácia – CRF/PE compromete-se a somente registrar e expedir o certificado de regularidade dos estabelecimentos

Quimarcis
3 de 6



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Procuradoria da República no Polo Petrolina/Juazeiro

farmacêuticos que solicitarem, após a chancela do presente termo, quando o estabelecimento possuir, em seus quadros funcionais, farmacêuticos prestando assistência, ressalvado o direito dos provisionados, conforme a assistência farmacêutica definida neste TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA.

CLÁUSULA QUINTA: Os órgãos signatários comprometem-se a prestar colaboração recíproca no que se refere às irregularidades encontradas nos processos de fiscalização, especialmente no tocante à presença do responsável técnico, à luz das normas sanitárias vigentes.

CLÁUSULA SEXTA: A fiscalização do presente TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA será exercida pelos órgãos signatários e pelo Ministério Público Federal.

CLÁUSULA SÉTIMA: Constatada a existência de alguma drogaria em funcionamento sem a presença do responsável técnico no estabelecimento, embora possua tal profissional registrado em seus quadros, a Vigilância Sanitária do Município de Petrolina adotará as providências pertinentes a seu cargo e comunicará o ocorrido ao CRF-PE para fins de aplicação da penalidade cabível, conforme o art. 15, §1º da Lei 5991/73.

CLÁUSULA OITAVA: Fica pactuado que o presente TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA terá vigência de 2 (dois) anos, período em que serão reavaliadas as novas condições para o ajustamento da atividade profissional do farmacêutico responsável, à luz da Lei nº 5.991/1973, ficando ainda pactuado que, no prazo de 1 (um) ano, contado da chancela do presente Termo, as entidades signatárias voltarão a realizar reunião visando a avaliar novas definições de mercado, objetivando o efetivo cumprimento da lei, ou novas normas de aplicação a este TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA, de acordo com seu desenvolvimento.

CLÁUSULA NONA: Fica ajustado que o Conselho Regional de Farmácia do Estado de Pernambuco apresentará ao órgão de Vigilância Sanitária ora signatário, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da chancela do presente Termo, a relação nominal dos estabelecimentos alinhados na cláusula primeira do presente termo, existentes nos

Quemadas



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Procuradoria da República no Polo Petrolina/Juazeiro

Municípios envolvidos, indicando aqueles que estejam em situação de irregularidade, seja diante da inexistência de farmacêutico, seja pelo funcionamento sem licenciamento do órgão competente, para que possam ser aplicadas as normas sanitárias atinentes.

CLÁUSULA DÉCIMA: O presente TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA entrará em vigor na data de sua assinatura, oportunidade em que os estabelecimentos serão notificados para adequação dentro do prazo de 60 (sessenta) dias.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: As drogarias que já obtiveram Certificado de Regularidade Técnica emitido pelo Conselho de Farmácia poderão, se assim desejarem, obter novo certificado, sem ônus, conforme assistência farmacêutica definida neste TAC.

Assim, depois de lido e achado conforme, as partes acordantes cancelam o presente TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA, conforme lista de presença anexa, para que surta seus efeitos legais e jurídicos, tendo a eficácia de título executivo extrajudicial, na forma do art. 5º, § 6º, da lei nº 7.347/85 c/c art. 585, VII, da Lei nº 5.869/73 – Código de Processo Civil.

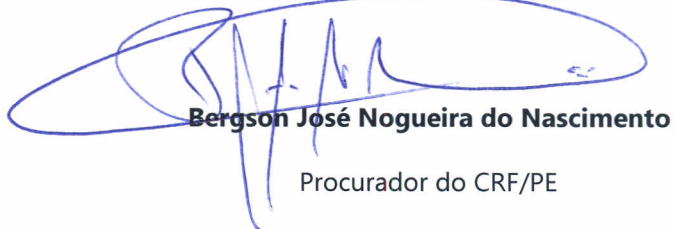

Leonardo Cervino Martinelli

Procurador da República



Bráulio César de Sousa

Presidente do CRF/PE


Bergson José Nogueira do Nascimento

Procurador do CRF/PE







MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Procuradoria da República no Polo Petrolina/Juazeiro

Paulo Sérgio de Lira

Representante Legal do Sindicato dos Farmacêuticos do Estado de Pernambuco

Ozeas Gomes

Presidente do SINCOFARMA-PE

Jaime Brito

Diretor da APEVISA

Aionne Sousa Leite Guimarães

Agência Municipal de Vigilância Sanitária de Petrolina/PE